

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

24/11/2021

Aos vinte e quatro dias do novembro do ano de 2021, no Auditório Sophia Mannes Besen, situado dentro do edifício da prefeitura Municipal de Antônio Carlos, na cidade de Antônio Carlos SC, aconteceu a audiência pública referente a alterações na Lei 1294/2010 que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo e sobre o Plano de Contingência da Defesa Civil do Município de Antônio Carlos SC.

Naquela oportunidade, o Sr. Willian Fraga, Secretário de Planejamento, abriu a Audiência agradecendo aos presentes, em especial as autoridades e conselheiros e apresentou um breve resumo sobre os temas a serem discutidos. Disse também que as demandas que serão apresentadas estão represadas desde de março de 2020 quando começou a pandemia do corona vírus.

A discussão começou com as propostas de alteração na Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, n° 1294/2010.

O primeiro ponto de pauta foi relativo a uma deliberação já feita anteriormente, mas que houve um erro interno de digitação no Parâmetros de uso do solo.

A situação que estava determinada era que o lote mínimo (m²) e atestada mínima (m) para lotes situados na áreas urbanas com classificação de Zona Residencial 1 (ZR1) e zona residencial 5 (ZR5) deveriam ter 540/15. A alteração feita e aprovada por unanimidade passou a ser 360/12 para os lotes situados na zona residencial 1 (ZR1) e 450/45 na zona residencial 5 (ZR5).

O segundo ponto de pauta foi sobre o zoneamento do loteamento Caminho das águas, o qual tem como situação atual duas zonas urbanas: Zona residencial 3 (ZR3) frente para a Avenida João Frederico Martendal e depois da rua Caraguatá, após a ZR3, pertencer a zona residencial 2 (ZR2). A proposta apresentada foi manter a zona residencial 3 (ZR3) na parte da frente que permite até 06 (seis) pavimentos e transformar a zona residencial 2 (ZR2) em zona residencial 4 (ZR4) que permite aumentar o gabarito para até 4 (quatro) pavimentos. Essa proposta foi aprovada por unanimidade pelos participantes.

Na bairro Canudos, próximo à Rua Aquário, a proposta veio de uma solicitação para transformar uma área que hoje está na área rural com classificação de uso controlado e uso agrossilvipastoril para uma área urbana com classificação de zona residencial 1 (ZR1). Essa proposta passou com a permissão de todos os presentes.

Na rua São Francisco de Assis, desde o final da zona urbana existente até a bifurcação com a Rua Blásio Guesser, a proposta apresentada foi transformar aquele corredor de zona rural com uso agrossilvipastoril e uso restrito conforme mapa georreferenciado, em área urbana com classificação de uso como zona residencial 01 (ZR1). Após algumas indagações e questionamentos a proposta foi aprovada por unanimidade.

Passou-se então para o tópico sobre o Plano de Contingência de Antônio Carlos. O secretário Willian Fraga passou a palavra para a servidora Heloisa que iniciou sua fala com os marcos internacionais que



foram estabelecidos desde a carta humanitária que estabeleceu normas mínimas em situações de desastres e a agenda internacional a qual o Brasil faz parte e que atende aos ODSs, ao Marco de Sendai, a construção de cidades resilientes, ao acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana.

Diante desse quadro internacional, os marcos nacionais são pautados e os estaduais adequam as questões ao plano do estado e os municípios especificam e restringem as suas necessidades locais.

Entre as atribuições municipais a principal delas é executar o plano de contingência nacional em âmbito municipal, para isso uma série de outras ações de coordenação e controle, identificação e fiscalização de riscos, informação capacitação e participação da população precisam ser coordenadas e dar base para que o plano, em situação de risco, consiga suportar a demanda e causar o menor impacto na vida cotidiana local.

Falou-se também da base legal e itens mínimos necessários dentro de um Plano de contingência, além dos responsáveis, locais de abrigo e toda a organização necessário em evento adverso.

Foram colocadas também as principais leis que tratam sobre a Defesa Civil e salientou-se a importância do fortalecimento de vínculos, uma vez que Antônio Carlos é uma das cidades que é mapeada e monitorada diariamente

A servidora Heloisa salientou que a cidade é responsabilidade de todos e que o município é responsabilidade do poder executivo. Por isso a importância da população sobre a dinâmica da cidade.

O plano de contingência está baseado em três pilares:

- Pré desastre, que prevê a prevenção, a mitigação e a preparação, essa é uma das etapas mais importantes, pois define a gestão de riscos da cidade em relação aos desastres.
- Desastre que é a resposta as condições inadequadas.
- Pós desastre que é a recuperação.

Tanto o desastre quanto o pós desastre referem-se a gestão do desastre propriamente dito.

Aos presentes foi apresentado um mapa de como as informações da cidade se estabelecem. Nesse mapa estão descritas áreas de risco, locais e abrigo e rotas alternativas em caso de sinistro.

Falando localmente sobre o Plano de contingência e a cidade de Antônio Carlos, foi colocado que esta está mapeada pela defesa civil com alta probabilidade de desastres, deslizamentos e inundações e que é necessário organizar ações, mapear os acontecimentos e fortalecer a construção de cidade sustentável.

O objetivo do Plano de Contingência é reconhecer a cidade, perceber suas fraquezas e apontar caminhos para mitigar seus danos futuros em situação de risco. A prevenção e entendimento da população sobre essas características locais em uma situação de incerteza que pode ou não ocorrer, durante um período de tempo, são fundamentais para facilitar as atividades de preparação e otimizar as respostas aos desastres.

Finalizando foram colocadas as ligações das ações:

- A prevenção com as obras estruturantes prévias.
- O mapeamento das áreas de risco, o monitoramento e alerta com a estruturação em rede nacional.
- A resposta com o socorro, assistência e reconstrução da cidade.

A Heloisa terminou sua fala com a frase "A prevenção e o conhecimento são a chave para enfrentar os desafios impostos pela natureza.

O Sr. Willian Fraga retomou a palavra e abriu aos participantes para colocarem seus questionamentos. Alguns participantes colocaram a importância da compreensão e participação da população no processo e envolvimento das comunidades. Como resposta foi colocado que no ano de 2022 serão feitas reuniões de capacitação e simulados para que todos tenham a oportunidade de conhecer e participar. Foi colocado também que no processo da revisão do Plano Diretor também haverá esse espaço para a sociedade organizada fazer suas colocações.

Para encerramento, o vice prefeito Filipe Alexandre Schmitz, agradeceu a participação e o empenho de todos e disse que espaços como esse são de fundamental importância para a construção de uma Antônio Carlos sustentável. Disse que a cidade é de todos e deu por encerrada a reunião convidando para um pequeno coffe break.

Antônio Carlos, 24 de novembro de 2021.



HELOISA REGIS VAZ

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento